de pedestre. Culpa exclusiva da vítima. Recurso improvido.

- Constatando-se culpa exclusiva da vítima que sem a devida atenção atravessou a rua fora da faixa de pedestre, não há falar em reparação civil.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0024.07.425217-2/001 - Comarca de Belo Horizonte - Apelante: Esther Brígida Dias - Apelado: Alexandre Parreira Gomes da Silva - Denunciado à lide: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. - Relator: DES. ROGÉRIO MEDEIROS

Acórdão

Vistos etc., acorda, em Turma, a 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Belo Horizonte, 2 de maio de 2013. - Rogério Medeiros - Relator.

Notas taquigráficas

DES. ROGÉRIO MEDEIROS - Cuida-se de recurso de apelação interposto por Esther Brígida Dias, qualificada nos autos, contra sentença proferida em ação de indenização movida contra Alexandre Parreira Gomes.

Pretende a autora ser reparada moralmente e materialmente em razão do atropelamento sofrido no dia 10.06.2005, por imprudência do réu, que trafegava em alta velocidade, causando-lhe lesões físicas e psíquicas.

Citado, o réu apresentou resposta (f. 34/45) e denunciou à lide a empresa Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A., que também apresentou resposta (f. 62/78).

Sobreveio a sentença de f. 243/245, que julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial e condenou a autora no pagamento de custas e honorários advocatícios, fixando-os em R\$ 700,00 (setecentos reais), suspensa a exigibilidade por litigar sob o pálio da Justiça Gratuita. A denunciação da lide também foi julgada improcedente.

Irresignada, a autora apelou (f. 250/253), aduzindo que não há prova robusta da sua culpa exclusiva; que o boletim de ocorrências é documento unilateral, não podendo se pautar em apenas um único testemunho. Por fim, pede que os pedidos iniciais sejam julgados procedentes.

Contrarrazões às f. 258/264.

Dispensa-se o preparo, haja vista que a apelante litiga sob o pálio da Justiça Gratuita.

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade.

Com efeito, a configuração da responsabilidade civil está condicionada, nos termos do art. 186, c/c art. 927, do CC, à presença de ato ilícito, dano e nexô causal, entendendo-se o primeiro requisito como a "ação

Indenização - Danos morais e materiais - Atropelamento - Travessia fora da faixa de pedestre - Culpa exclusiva da vítima - Dever de indenizar - Inexistência

Ementa: Apelação cível. Ação de indenização por danos morais e materiais. Atropelamento. Travessia fora da faixa

ou omissão voluntária, negligência ou imprudência”, cabendo ao autor a comprovação desses fatos, a teor do art. 333, I, do CPC.

Os pressupostos da obrigação de indenizar, seja relativamente ao dano contratual, seja relativamente ao dano extracontratual, são, no dizer de Antônio Lindbergh C. Montenegro:

a) o dano, também denominado prejuízo; b) o ato ilícito ou o risco, segundo a lei exija ou não a culpa do agente; c) um nexo de causalidade entre tais elementos. Comprovada a existência desses requisitos em um dado caso, surge um vínculo de direito por força do qual o prejudicado assume a posição de credor e o ofensor a de devedor, em outras palavras, a responsabilidade civil (aut. menc., *Ressarcimento de dano*, Âmbito Cultural Edições, 1992, nº 2, p. 13).

Fundando-se o caso dos autos na Teoria da Responsabilidade Civil Extracontratual (subjéitiva), faz-se necessário verificar se o acidente que acarretou os danos suportados pela requerente, indicados na peça vestibular, ocorreu por culpa do Sr. Alexandre Parreira Gomes da Silva .

Todavia, analisando detidamente os autos, verifico que não há como imputar qualquer culpa ao condutor do veículo, já que, de acordo com a prova testemunhal produzida, o acidente ocorreu em razão de a vítima ter feito a travessia da rua fora da faixa de pedestre, confira-se:

[...] que no local do acidente não tem faixa de pedestre; que o local do acidente foi no meio do quarteirão entre a Espírito Santo e a rua Rio de Janeiro, em frente à Imprensa Oficial, e neste local não tem faixa de pedestre; no cruzamento da Espírito Santo com Augusto de Lima há faixa de segurança [...] (Alison Carlos Alves Pinto - f. 242A).

Ao contrário do alegado, não há qualquer prova nos autos de que o condutor do veículo trafegava em alta velocidade, o que afasta a tese de imprudência levantada pela recorrente.

Ressalte-se ainda que, apesar de o boletim de ocorrência possuir presunção *iuris tantum*, inexistem nos autos qualquer prova testemunhal ou pericial que corrobore as afirmações da autora, ora apelante.

Assim, verifico que a culpa pelo acidente recai exclusivamente sobre a autora, pois não se acautelou antes de realizar a travessia da pista de rolamento com segurança.

Não se pode olvidar que o pedestre, enquanto agente que interage no trânsito, tem deveres que lhe são inafastáveis.

O Código de Trânsito Brasileiro, de forma explícita e cogente, determina que o pedestre não poderá adentrar a pista sem antes se certificar de que pode fazê-lo sem obstruir o trânsito de veículos (art. 69, III, a). Ademais, o *caput* de tal norma determina que o pedestre, ao cruzar a pista, deverá tomar todas as precauções, levando em conta os veículos, sua velocidade, a visibilidade e a distância. Enfim, somente pode realizar a travessia após

ter-se certificado quanto à possibilidade de realizá-la com segurança.

Para melhor embasar o asseverado, transcrevo o artigo supracitado:

Art. 69. Para cruzar a pista de rolamento o pedestre tomará precauções de segurança, levando em conta, principalmente, a visibilidade, a distância e a velocidade dos veículos, utilizando sempre as faixas ou passagens a ele destinadas sempre que estas existirem numa distância de até cinquenta metros dele, observadas as seguintes disposições:

I - onde não houver faixa ou passagem, o cruzamento da via deverá ser feito em sentido perpendicular ao de seu eixo;
II - para atravessar uma passagem sinalizada para pedestres ou delimitada por marcas sobre a pista:

a) onde houver foco de pedestres, obedecer às indicações das luzes;

b) onde não houver foco de pedestres, aguardar que o semáforo ou o agente de trânsito interrompa o fluxo de veículos;

III - nas interseções e em suas proximidades, onde não existam faixas de travessia, os pedestres devem atravessar a via na continuação da calçada, observadas as seguintes normas:

a) não deverão adentrar na pista sem antes se certificar de que podem fazê-lo sem obstruir o trânsito de veículos;

b) uma vez iniciada a travessia de uma pista, os pedestres não deverão aumentar o seu percurso, demorar-se ou parar sobre ela sem necessidade.

Colaciono jurisprudência:

Atropelamento. Ônibus. Responsabilidade objetiva. Via pública. Vítima. Culpa exclusiva. - A culpa exclusiva da vítima do atropelamento, que se porta de maneira inadequada na via pública, elide a responsabilidade objetiva da empresa concessionária de transporte coletivo (número do processo: 1.0024.01.575003-7/001, Relator: Guilherme Luciano Baeta Nunes, Data do Julgamento: 03.07.2007).

Indenização por danos morais e materiais. Atropelamento. Culpa exclusiva da vítima. Ausência do nexo de causalidade. Excludente do dever de indenizar. - Se o pedestre deixa de observar as regras concernentes à normalidade da conduta, adentrando inopinadamente na pista de rolamento, sendo atingido pela lateral traseira do veículo, não há como imputar culpabilidade ao condutor que, nessas circunstâncias, se viu surpreendido por comportamento inteiramente imprevisível. Evidenciada a culpa exclusiva da vítima, tem-se por excluído o próprio nexo causal, isso porque ‘o agente, aparente causador direto do dano, é mero instrumento do acidente (número do processo: 1.0702.03.041190-5/001, Relator: Tarcísio Martins Costa, data do julgamento: 03.07.2007).

Dessarte, diante da ausência de culpa do réu e da culpa exclusiva da autora, não há que se falar em dever de indenizar, restando, assim, caracterizada a improcedência da pretensão indenizatória em face ao condutor e, por conseqüência, também, quanto à seguradora apelada.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Custas pela apelante, suspensa a exigibilidade por litigar sob o pálio da justiça gratuita.

DES. ESTEVÃO LUCCHESI - De acordo com o Relator.

DES. VALDEZ LEITE MACHADO - De acordo com o Relator.

Súmula - NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.